

Seção 1

NÃO HOUVE PUBLICAÇÃO

Seção 2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Exposição de Motivos N o - 17, de 11 de outubro de 2017. Afastamento do País da Advogada-Geral da União, com ônus, no período de 11 a 16 de outubro de 2017, inclusive trânsito, com destino ao Vaticano, para participar da cerimônia de canonização dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu. Autorizo. Em 11 de outubro de 2017.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO DA ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO

Em 11 de outubro de 2017

REFERÊNCIA: Processo nº 00688.000854/2017-61. Afastamento do país do Advogado da União EDUARDO ALONSO OLMOS, matrícula Siape nº 1553686, lotado e em exercício na Consultoria-Geral da União, para participar de visita institucional ao Department of Justice (Departamento de Justiça) e coleta de artigos científicos e outras informações relacionadas a acordos de leniência, na cidade de Washington - DC, Estados Unidos da América, no período de 21 a 26 de outubro de 2017, incluindo o trânsito, com ônus para a Advocacia-Geral da União. Autorizo.
GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.500, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, inciso XV da Portaria nº 51, de 21 de fevereiro de 2013, do Advogado-Geral da União, publicada no Diário Oficial de 22 de fevereiro de 2013, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00432.011858/2017-76, resolve: Conceder, em virtude do falecimento do servidor GERSON DOS SANTOS DIAS, matrícula SIAPE nº 6453561, aposentado no cargo de Motorista Oficial, Classe "S", Padrão III, pensão vitalícia a ANA RITA PEREIRA DOS SANTOS DIAS, cônjuge, a contar de 28 de agosto de 2017, data do óbito, no valor correspondente aos proventos da aposentadoria, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, e § 18, e art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 2º, inciso I, e arts. 5º e 15 da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005; e art. 215; art. 217, inciso I, e art. 218, e art. 222, inciso VII, alínea b, item 6 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação da Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 1.514, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria AGU nº 696, de 5 de dezembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00410.055556/2017-68, resolve: DESIGNAR CAROLINE RIEKEHR TABOSA, Advogada da União, matrícula Siape nº 1807448, para exercer o encargo de substituta eventual

da Coordenadora, código FCPE 101.3 (código 2101335), da Procuradoria Regional da União da 1ª Região, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares da titular, Kizzy Collares Antunes, e na vacância do cargo.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 1.515, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria AGU nº 696, de 5 de dezembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00410.055556/2017-68, resolve: DESIGNAR CRISTIANE CARDOSO AVOLIO GOMES, Advogada da União, matrícula Siape nº 1348194, para exercer o encargo de substituta eventual da Coordenadora, código FCPE 101.3 (código 2101334), da Procuradoria Regional da União da 1ª Região, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares da titular, Layla Kaboudi, e na vacância do cargo.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 1.516, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria AGU nº 696, de 5 de dezembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00410.055556/2017-68, resolve: DISPENSAR, a pedido, ALEXANDRE DE OLIVEIRA DEMIDOFF, Advogado da União, matrícula Siape nº 2029447, do encargo de substituto eventual do Coordenador, código FCPE 101.3 (código 2101335), da Procuradoria Regional da União da 1ª Região.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 1.517, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria AGU nº 696, de 5 de dezembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00410.055556/2017-68, resolve: DESIGNAR KIZZY COLLARES ANTUNES, Advogada da União, matrícula Siape nº 2355223, para exercer a Função Comissionada do Poder Executivo de Coordenador, código FCPE 101.3 (código 2101335), da Procuradoria Regional da União da 1ª Região, ficando dispensada do encargo que atualmente ocupa (código 2101334).

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 1.518, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria AGU nº 696, de 5 de dezembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00412.038725/2017-85, resolve: DESIGNAR ALEXANDRE ROSA ZANETTE, Economista, matrícula Siape nº 1585258, para exercer o encargo de substituto eventual do Chefe de Serviço, código DAS 101.1 (código 402004), da Procuradoria Regional da União da 2ª Região, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular, Jorge dos Santos, e na vacância do cargo.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 1.519, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria AGU nº 696, de 5 de dezembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00569.002787/2017-75, resolve: DESIGNAR PAULA FÉLIX DE SOUZA MOREIRA,

Assistente em Administração, matrícula Siape nº 1951164, para exercer o encargo de substituta eventual do Chefe de Serviço, código DAS 101.1 (código 390047), da Procuradoria-Seccional da União em Ribeirão Preto/SP, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 1.520, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria AGU nº 696, de 5 de dezembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00416.022661/2017-61, resolve: DESIGNAR CLARICE MACEDO TEIXEIRA, Datilógrafa, matrícula Siape nº 6557175, para exercer a Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe de Divisão, código FCPE 101.2 (código 2101248), da Procuradoria Regional da União da 4ª Região, ficando dispensada do encargo que atualmente ocupa (código 2101248).
MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 1.521, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria AGU nº 696, de 5 de dezembro de 2016, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00416.022661/2017-61, resolve: DISPENSAR MARLEI TERESINHA RAUBER GUILHERME, Agente Administrativo, matrícula Siape nº 6666004, da Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe de Divisão, código FCPE 101.2 (código 2101248), da Procuradoria Regional da União da 4ª Região.
MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 1.525, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, inciso XV, do Anexo da Portaria AGU nº 51, de 21 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 22 de fevereiro de 2013, e considerando o que consta no processo administrativo nº 00404.002490/2017-92, resolve: Conceder aposentadoria voluntária a LUIZ CARLOS FERREIRA NOBRE, matrícula Siape nº 6440096, ocupante do cargo de Agente de Portaria, Classe "S", Padrão III, código da vaga nº 416682, do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, combinado com o § 18 do art. 40 da Constituição Federal, com paridade e proventos integrais correspondentes ao vencimento básico do cargo efetivo, acrescido dos anuênios, de acordo com o art. 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o art. 15 da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, e do Ofício-Circular nº 36/SRH/MP/2001, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo, Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, da Gratificação Específica de Apoio Técnico Administrativo, Lei nº 10.907, de 15 de julho de 2004, e da vantagem prevista no art. 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, assegurada pelo art. 15, § 2º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, declarando, em decorrência, a vacância do cargo acima mencionado.
MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA

PORTARIA Nº - 184, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-GERAL DE CONSULTORIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria no 1.663/AGU, de 2 de dezembro de 2009, alterada pela Portaria no 247/AGU, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o art. 1º da Portaria AGU no 661, de 08 de novembro de 2016, e considerando o que consta no Processo Administrativo no 00404.003744/2017-90, resolve: Conceder aposentadoria voluntária a

FRANCISCO DAS CHAGAS GIL MESSIAS, matrícula Siape no 333405, ocupante do cargo de Procurador Federal, Categoria Especial, código da vaga no 257191, com fundamento no art. 3º , incisos I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, combinado com o § 18 do art. 40 da Constituição Federal, com proventos integrais e paridade, correspondentes ao subsídio do cargo efetivo, de acordo com a Lei no 13.327, de 29 de julho de 2016, declarando, em decorrência, a vacância do cargo.

RODRIGO FRANTZ BECKER

PORTARIA No 185, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-GERAL DE CONSULTORIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria no 1.663/AGU, de 2 de dezembro de 2009, alterada pela Portaria no 247/AGU, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o art. 1º da Portaria AGU no 661, de 08 de novembro de 2016, e considerando o que consta no Processo Administrativo no 00473.035603/2017-12, resolve Conceder aposentadoria voluntária a ADILSON LEITE PAESANO, matrícula Siape no 1243534, ocupante do cargo de Procurador Federal, Categoria Especial, código da vaga no 719265, com fundamento no art. 3º , incisos I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, combinado com o § 18 do art. 40 da Constituição Federal, com proventos integrais e paridade, correspondentes ao subsídio do cargo efetivo, de acordo com a Lei no 13.327, de 29 de julho de 2016, declarando, em decorrência, a vacância do cargo.

RODRIGO FRANTZ BECKER

PORTARIA No 186, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-GERAL DE CONSULTORIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria no 1.663/AGU, de 2 de dezembro de 2009, alterada pela Portaria no 247/AGU, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o art. 1º da Portaria AGU no 661, de 08 de novembro de 2016, e considerando o que consta no Processo Administrativo no 00434.021343/2017-64, resolve Conceder aposentadoria voluntária a ELIZA MARIA ALBUQUERQUE PALHARES, matrícula Siape no 0949291, ocupante do cargo de Procuradora Federal, Categoria Especial, código da vaga no 549694, com fundamento no art. 3º , incisos I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, combinado com o § 18 do art. 40 da Constituição Federal, com proventos integrais e paridade, correspondentes ao subsídio do cargo efetivo, de acordo com a Lei no 13.327, de 29 de julho de 2016, declarando, em decorrência, a vacância do cargo.

RODRIGO FRANTZ BECKER

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 2 de outubro de 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto n. 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e na Portaria MI n. 306, de 5 de junho de 2012, RESOLVE AUTORIZAR o afastamento do País do servidor REGINALDO ROBERTO ALBUQUERQUE DE SÁ, matrícula SIAPE n. 1227241, Consultor Jurídico da Consultoria Jurídica junto a este Ministério, código DAS 101.5, para participar do curso "Mecanismos de Controle e Combate à Corrupção na Contratação Pública", no período de 26 de outubro a 04 de novembro de 2017, inclusive trânsito, na cidade de Lisboa, Portugal, com ônus para o Ministério da Integração Nacional, após ter sido selecionado em processo realizado por meio de edital na Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Leal, seleção (doc. SEI 0613540). Processo n. 59301.000010/2017-50.

HELDER BARBALHO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 3.879, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-EXECUTIVO, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º da Portaria Ministerial nº 498, de 12 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2017, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, no art. 47 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015, e demais informações que constam do processo SEI nº 00407.022647/2017-76, resolve: Art. 1º Efetivar, por tempo indeterminado, a requisição do empregado público ALESSANDRO BORGES PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 14739-18, pertencente ao quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, para a Advocacia-Geral da União, com exercício na Procuradoria Federal no Estado do Pará. Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cessionário. Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar a frequência do empregado público, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente. Art. 4º O empregado público deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente, quando do seu retorno, observado o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS A. ROCHA DE BARROS

PORTARIA Nº 3.887, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-EXECUTIVO, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º da Portaria Ministerial nº 498, de 12 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2017, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, no art. 47 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015, e demais informações que constam do processo SEI nº 00400.001104/2017-85, resolve: Art. 1º Efetivar, por tempo indeterminado, a requisição do empregado público LUIZ FLAVIO ASSIS MOURA, matrícula nº 1386812, pertencente ao quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, para a Advocacia-Geral da União, com exercício na Assessoria de Comunicação Social. Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cessionário. Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar a frequência do empregado público, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente. Art. 4º O empregado público deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente, quando do seu retorno, observado o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS A. ROCHA DE BARROS

PORTARIA Nº 3.890, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-EXECUTIVO, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º da Portaria Ministerial nº 498, de 12 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2017, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, no Decreto nº 9.144, de 22

de agosto de 2017, no art. 47 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015, e demais informações que constam do processo SEI nº 00422.026993/2017-35, resolve: egada pública BENILDA MARIA DE ARAUJO, matrícula nº 9861959, pertencente ao quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, para a Advocacia-Geral da União, com exercício na Procuradoria Federal no Estado do Ceará. Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cessionário. Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar a frequência da empregada pública, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente. Art. 4º A empregada pública deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente, quando do seu retorno, observado o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS A. ROCHA DE BARROS

PORTARIA Nº 3.891, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-EXECUTIVO, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º da Portaria Ministerial nº 498, de 12 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2017, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, no art. 47 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015, e demais informações que constam do processo SEI nº 00407.041991/2017-64, resolve: Art. 1º Efetivar, por tempo indeterminado, a requisição da empregada pública FRANCIELE FERREIRA SILVA, matrícula nº 1443930, pertencente ao quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, para a Advocacia-Geral da União, com exercício na Procuradoria-Geral Federal. Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cessionário. Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar a frequência da empregada pública, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente. Art. 4º A empregada pública deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente, quando do seu retorno, observado o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS A. ROCHA DE BARROS

PORTARIA Nº 3.892, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-EXECUTIVO, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º da Portaria Ministerial nº 498, de 12 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2017, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, no art. 47 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015, e demais informações que constam do processo EI nº 00422.026896/2017-42, resolve: Art. 1º Efetivar, por tempo indeterminado, a requisição da empregada pública FABIANA GOMES REBOUÇAS, matrícula nº 9934663, pertencente ao quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, para a Advocacia-Geral da União, com exercício na Procuradoria Federal no Estado do Ceará. Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão cessionário. Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar a frequência da empregada pública, mensalmente, ao órgão ou entidade cedente. Art. 4º A empregada pública deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente, quando do seu retorno, observado o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS A. ROCHA DE BARROS

Seção 3

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO VICTOR NUNES LEAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 46/2017 - UASG 110156

Nº Processo: 00665000083201770. Objeto: Contratação do professor Haroldo Pereira CPF nº 077.509.768-33, para ministrar 18 (dezoito) horas-aulas no valor de R\$ 311,80 (trezentos e onze reais e oitenta centavos), a hora-aula, de acordo com a Nota Técnica n. 0019/2017/COORDSP/EAGU/SP/EAGU/AGU - Seq.11, conforme convênio entre a Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e AGU no curso de Pós graduação Lato Sensu em Direito e Economia, a realizar-se nos dias: 11/10/2017, 18/10/2017, 22/11/2017, 27/11/2017 e 4/12/2017, Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Contratação de serviço técnico especializado Declaração PEREIRA. Diretor da Eagu Substituto. Ratificação em 10/10/2017. CHIARA MICHELLE RAMOS MOURA DA SILVA. Ordenadora de Despesa. Valor Global: R\$ 5.612,40. CPF CONTRATADA: 077.509.768-33 HAROLDO PEREIRA. (SIDECA - 11/10/2017) 110156-00001-2017NE000096

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 47/2017 - UASG 110156

Nº Processo: 0069800002201754. Objeto: Contratação da empresa Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins, CNPJ nº 06.343.763/0001-11, para fornecimento de 15 (quinze) vagas no Curso de Inglês Instrumental voltado para Área Jurídica, a realizar-se no período de 16/10/2017 a 8/12/2017, carga horária de 44 horas/aula, nas dependências da EAGU/TO. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Contratação de serviço técnico especializado. Declaração de Inexigibilidade em 10/10/2017. PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA. Vice-diretor da Escola da Advocacia-geral da União. Ratificação em 10/10/2017. CHIARA MICHELLE RAMOS MOURA DA SILVA. Diretora da Escola da Advocacia-geral da União. Valor Global: R\$ 8.000,00. CNPJ CONTRATADA: 06.343.763/0001-11 FUNDACAODE APOIO CIENTIFICO E TECNOLOGICO DO TOCANTINS. (SIDECA - 11/10/2017) 110156-00001-2017NE000096

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO EM PERNAMBUCO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2017 - UASG 110096

Nº Processo: 00510005712201711. DISPENSA Nº 61/2017. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRAÇÃO EM PERNAMBUCO - SAD/P. CNPJ Contratado: 90347840005772. Contratado: THYSENKRUPP ELEVADORES SA -. Objeto: Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura de peças, em elevadores do prédio-sede das Unidades da AGU em Teresina. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 atualizada. Vigência: 12/09/2017 a 12/11/2017. Valor Total: R\$2.261,92. Fonte: 188000000 - 2017NE801326. Data de Assinatura: 12/09/2017. (SICON - 11/10/2017) 110161-00001-2017NE000096

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 10/2017

A Pregoeira da SAD da 4ª Região torna público, o resultado do Pregão acima citado, declarando vencedora a empresa LG Administradora de Serviços EIRELI EPP, CNPJ 05.427.994/0001-40, com o valor global de R\$ 67.499,76(sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos). O processo encontra-se a disposição para vistas dos interessados. ELENICE H F CONTI (SIDECA - 11/10/2017) 110097-00001-2017NE000096